



O jornal diário dos
ancepianos.
21 de Janeiro- 12h

PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS 2019 MANTÉM ALTA TEMPERATURA EM FEVEREIRO E MARÇO



O programa de eventos 2019 da ANCEP, que está começando quente com nada menos de 10 seminários em janeiro, promete manter a alta temperatura nos meses de fevereiro e março, anuncia o Presidente Roque Muniz, ao revelar na sexta-feira (18) uma nova programação que irá acontecer nos próximos dois meses.

O Ciclo de Treinamentos Mercer-Ancep 2019 prevê a realização, em fevereiro e março, de uma série de seminários sob o título **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**. Os eventos serão distribuídos entre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre.

Observa Roque que os temas abordados não poderiam ser mais oportunos, à luz da atual agenda. Serão tratadas questões como Resolução CMN 4.661 (investimentos); Instruções Previc 6 e 8 e Portaria 1.088; resolução CNPC 30 (solvência); Resolução CGPAR 25 (Estratégicas previdenciais) e PGA: Sustentabilidade no longo prazo.

Seminário: amanhã em Vitória e depois em mais 5 cidades

A ABRAPP estará mais uma vez presente na apresentação que a ANCEP fará realizar do **Seminário Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs**. no próximo dia 24, em Brasília, onde será representada outra vez por seu Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins. Este último fez na segunda-feira (14), no Rio, e voltará a fazer o mesmo no DF, exposição acerca da possibilidade que a Resolução CNPC 31, do final do ano passado, trouxe de as entidades passarem a utilizar CNPJs por plano e das vantagens que advirão disso, além dos próximos passos que precisarão ser dados a respeito. O Diretor Carlos Flory foi na mesma linha na edição do evento em São Paulo, na quinta-feira (17).

Para Roque Muniz, todas essas ocasiões virão confirmar a preocupação que move as duas associações de ajudar as entidades a extraírem o máximo benefício do CNPJ por plano. Com isso, prestados todos os esclarecimentos necessários, ficará mais fácil operacionalizar as novas normas, que aliás ainda demandam instruções normativas por parte da Previc e da própria Receita Federal.

Os seminários já foram realizados em Salvador (15/01), São Paulo (17/01), e Recife (18/01). Amanhã será a vez de Vitória (22/01) e, depois disso, Belo Horizonte (23/01), Brasília (24/01), Curitiba (25/01), Florianópolis (28/01) e Porto Alegre (29/01).

Jornal defende em editorial maior controle sobre os fundos de pensão de estatais

O jornal **O GLOBO** traz em sua edição de hoje editorial sob o título "É fundamental controlar os fundos de pensão de estatais". O sub-título é "Há chance de tornar mais rígidas as regras do setor e de enquadrar fundações estaduais e municipais".

O texto diz que "o País já desperdiçou tempo e dinheiro demais na tentativa de garantir o equilíbrio na administração desses fundos, até porque a sociedade acaba pagando duas vezes, porque as patrocinadoras são públicas. Não raro, o condimento é a corrupção".

Desde dezembro, continua o jornal, há um conjunto de regras determinando o fechamento dos planos mais generosos, a limitação das contribuições das estatais e a desvinculação dos benefícios dos reajustes do INSS e do salário dos funcionários ativos. Tem-se aí, diz o editorial, um ponto de partida para o governo Bolsonaro.

CVM acusa ex-controladores da Oi e alcança fundos de pensão

Relatório de comissão da CVM, notícia a **FOLHA DE S. PAULO**, pede a condenação de 21 executivos e 8 empresas e organizações, entre elas BNDES e fundos de pensão Previ, Petros e Funcef

A CVM acusa ex-controladores da empresa de telefonia da Oi de implantar uma estrutura abusiva de controle que permitiu a aprovação de medidas que beneficiaram grandes acionistas ao custo de prejuízos para a companhia durante o processo de fusão com a Portugal Telecom.

O relatório pede a condenação de 21 executivos e 8 empresas e fundações que formaram o bloco de controle. Os dois maiores acionistas, Andrade Gutierrez, a Jereissati Telecom, e a própria Portugal Telecom (hoje Pharol), teriam sido os maiores beneficiados, segundo as investigações. Acusa também o BNDES e fundos de pensão dos empregados do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica Federal, que faziam parte do bloco de controle, por fazer parte da estrutura abusiva e votar em benefício dos controladores.